



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Art Ícaro Rebouças Bezerra

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Rio de Janeiro

2021

Cap Art Ícaro Rebouças Bezerra

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização em Ciências Militares

**Orientador: CAP ART RODRIGO SOUZA
REIS BRAGA**

Rio de Janeiro

2021

Cap Art Ícaro Rebouças Bezerra

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização em Ciências Militares.

Aprovado em: ____/____/____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

GEDEEL MACHADO BRITON VALIN – Tc
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

EGBERTO BEZERRA DA SILVA – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

RODRIGO SOUZA REIS BRAGA – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado saúde até aqui. À minha esposa, Amanda, por todo o apoio e resiliência. E aos meus filhos Maria Clara e Gabriel, minha motivação diária.

RESUMO

O Bicentenário da Independência do Brasil se reveste de importância para o entendimento da formação do caráter nacional. Analisar os antecedentes da independência, iniciando na chegada da Corte Portuguesa ao Brasil até as Guerras de Independência, ofereceu a este trabalho a noção geral dos fatos que vieram a despertar a nacionalidade brasileira. A fim de desmitificar a ideia de uma independência pacífica e alheia aos interesses dos brasileiros, foi mostrado os fatos que fizeram, pouco a pouco, o Brasil sair de seu *status* de colônia até se tornar um país independente, mesmo a contragosto de Portugal. As Guerras de Independência têm papel fundamental para entender o crescente sentimento patriótico e de pertencimento a uma nação soberana, vinculados à formação do Exército Brasileiro. Foram realizadas diversas pesquisas bibliográfica e documental em livros históricos e de autores renomados pela historiografia nacional, que ofereceram maior credibilidade a este trabalho e serviram como ponto de apoio.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Guerras de Independência. Nacionalidade.

ABSTRACT

The Bicentenary of Brazil's Independence remains of great value for the understanding the formation of the national character. Analyzing the antecedents of independence, beginning with the arrival of the Portuguese Court in Brazil until the Wars of Independence, gives this work a general notion of the facts that came to arouse Brazilian nationality. In order to demystify the idea of a peaceful independence, and alien to the Brazilians' interests, it was shown the facts that gradually made Brazil leave its colony status until it became an independent country, even against Portugal's will. The Wars of Independence play a fundamental role in understanding the growing patriotic feeling and belonging to a sovereign nation, linked to the formation of a Brazilian Army. Several bibliographical and documentary researches were carried out in historical books and by authors renowned for national historiography, giving greater credibility to this work, serving as a support point.

Keywords: Independence of Brazil. Wars of independence. Nationality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA.....	9
1.1.1 Antecedentes do Problema.....	9
1.1.2 Formulação do Problema.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	11
3. METODOLOGIA	11
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO.....	11
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	12
3.2.1 Procedimentos para revisão da literatura	12
3.2.2 Procedimentos Metodológicos.....	13
3.2.3 Instrumentos.....	13
3.2.4 Análise de dados.....	14
1.5 JUSTIFICATIVA.....	14
4. REFERENCIAL TEÓRICO	14
4.1 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA.....	14
4.2 REVOLUÇÃO DO PORTO	19
4.3 DIA DO FICO E O INÍCIO DAS ANIMOSIDADES.....	21
4.4 O 7 DE SETEMBRO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA.....	24
4.4.1 A Guerra de Independência na Bahia.....	26
4.4.2 A Guerra de Independência no Piauí.....	28
4.4.3 A Guerra de Independência no Grão-Pará e Maranhão.....	31

4.4.4 A Guerra de Independência na Cisplatina.....	33
5. CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil é um dos eventos históricos mais conhecidos por todos os brasileiros, o famoso grito do Ipiranga. Tal acontecimento foi muito importante para o sentimento de nacionalidade, pois a própria palavra “independência” remete a uma ideia de luta, de desvinculação de um poder superior ou opressor, neste caso, Portugal.

Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana de 1817, entre outras insurreições, antes de passarem a ser vistas como questionamentos nacionais, passaram por nichos locais, mas com certo grau de sentimento de nacionalidade, que cresceria com o passar do tempo.

A independência não foi um acontecimento isolado, rápido e que se consolidou de maneira fácil, por isso refere-se sempre a “processo de independência”. Os efeitos do contexto internacional da época não podem ser esquecidos, pois impactaram diretamente os destinos da então colônia. A situação da Europa no século XIX, com a promulgação do Bloqueio Continental, foi um impulsor para a saída da família real, em 1808, de Portugal para o Brasil.

As decisões políticas, a vida cultural, o aparato da corte, tudo se concentrava agora na colônia. Inevitável, então, tornou-se para os brasileiros que o pensamento agora seria de unicidade territorial e política, mesmo que entorno de uma elite. A própria insatisfação popular contra algumas medidas fazia com que se clamasse por representatividade. Era um caminho sem volta.

1.1 PROBLEMA

1.1.1 Antecedentes do problema

A compreensão do processo de independência do Brasil é de suma importância para o entendimento das nuances que envolvem a história do país, pois proporciona uma maior compreensão dos grandes feitos e realizações do período, estes que culminaram e sucederam o processo de separação da colônia, quebrando a sujeição ao domínio de Portugal, que perdurou por mais de trezentos anos.

Não há como pensar nessa quebra de subordinação sem que tenha havido uma enorme pressão política, e uma mais forte ainda uma pressão popular, que fez com se desencadeassem uma série de batalhas para que essas amarras fossem rompidas.

A partir da vinda da família real portuguesa, diversos eventos históricos foram ocorrendo e se acumulando a partir de 1808. A soma de de problemas e embates veio a eclodir com a independência, em 1822.

1.1.2 Formulação do problema

Na colônia já viviam milhares de brasileiros nascidos em solo pátrio, porém, a partir de 1808, seriam governados por uma autoridade portuguesa. Mas a forma de governar do Rei D. João não foi destinada aos brasileiros, e sim para os portugueses, afinal, tratava-se de um Rei de Portugal habitando na colônia.

Não é difícil, então, perceber que a indignação e a vontade por se fazerem ouvidos foi crescendo nos brasileiros, causando diversos embates com a coroa e com os próprios portugueses que aqui moravam.

Exemplos disso foram as diversas insurreições e revoltas que ocorreram no período. Um acontecimento muito antes da vinda da família real, as chamadas revoltas nativistas, e outras, no contexto anteriormente citado, as chamadas revoltas separatistas.

Diante dessa conjuntura, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **a participação popular no processo de Independência do Brasil foi importante para a formação da identidade nacional?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o contexto histórico do período da Independência do Brasil, em especial no que tange aos aspectos relevantes para a formação do caráter nacional, abarcando, inclusive, o período imediatamente posterior, com as chamadas “Guerras da Independência.”

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar em qual momento se deu início ao movimento de emancipação brasileira, bem como apontar o que caracterizou o marco do processo de independência;
- b) descrever o protagonismo da população no contexto da separação, inclusive no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos e políticos da época;
- c) explicar a participação e atuação do povo nas lutas pela independência;

d) avaliar a relevância dos acontecimentos e das batalhas que ocorreram antes, durante e logo depois do marco do processo de Independência (1822), assim como as grandes realizações militares da época, a fim de proporcionar uma maior compreensão e espírito de luta pelo Brasil.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

a) o sentimento nacional foi aumentando desde as primeiras revoluções coloniais até as últimas batalhas de independência?

b) houve participação popular incentivada pelos ideais patrióticos nas principais guerras de independência?

c) o viés nacionalista foi mais acentuado nas batalhas entre os anos de 1821-1824, concentrando-se na Cisplatina, Bahia, Piauí, Grão Pará e Maranhão?

3. METODOLOGIA

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

O objeto de estudo foi delimitado pelos episódios anteriormente tratados em um espaço temporal entre os anos 1808 a 1824, dos antecedentes da Independência até a conquista da Cisplatina, a fim de realizar um aprofundamento no estudo da importância destes para a formação da identidade nacional.

As fontes de consulta utilizadas foram, primariamente, os livros sobre a temática em questão, acrescidos de pesquisas históricas *online*, artigos e teses dos arquivos do Exército Brasileiro.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa histórica, o projeto foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas, amparadas na metodologia descritiva e na pesquisa explicativa. Foi também realizado o levantamento de informações a partir de livros, artigos e outras referências, sob o prisma quantitativo, com vistas a responder a pergunta problema que serviu de base para esse trabalho.

As bases bibliográficas sobre as quais foi baseada a pesquisa realizada estão apresentadas no item pós-textual “–Referências”.

3.2.1 Procedimentos para revisão de literatura

Para a escolha da bibliografia referenciada, foi feito um mapeamento com a finalidade de identificar livros e ensaios já publicados acerca do tema.

As fontes de pesquisa foram o catálogo de obras disponíveis na Biblioteca do Exército (BibliEx), bem como os livros de autores academicamente reconhecidos como peritos no tema História do Brasil, produzidos no país e no exterior, além de pesquisa nos bancos de dados de teses publicadas da Universidade Estadual de Campinas, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, bem como publicações em sítios eletrônicos.

A fim de sistematizar a busca na *internet*, foram utilizadas as palavras-chave: “independência do Brasil”, “nacionalismo”, “Primeiro Reinado”, “guerras da independência” e “Exército Brasileiro”.

O período de seleção da bibliografia ocorreu entre outubro de 2020 e janeiro de 2021 e não houve limitação temporal quanto à data de publicação das obras.

Os critérios de inclusão das referências foram a pertinência temática, a confiabilidade do autor e a facilidade de acesso à obra. Foram excluídos os estudos

demasiadamente genéricos, os que não mencionavam o aspecto tortuoso do processo de independência e aqueles cujos autores não eram historiadores consagrados.

3.2.2 Procedimentos metodológicos

Tomando por base o levantamento dos 12 livros disponibilizados na subseção “História do Brasil” e dos 27 livros disponibilizados na subseção “História Militar Brasileira”, no catálogo da BibliEx, foi realizada uma leitura preliminar para inclusão ou exclusão da obra. Após a seleção dos três livros que atendiam aos critérios estabelecidos, foi feito um fichamento para a organização temporal do assunto.

Para complementar a bibliografia previamente mencionada, uma busca foi realizada nos catálogos virtuais disponíveis de diversos acervos e foram selecionados oito autores cujas obras mostraram-se relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Fez-se, novamente, o fichamento e organização lógica do assunto.

A escolha dessa literatura se justificou pela necessidade de vincular o aspecto civil do processo de independência ao militar, para se ter um panorama fidedigno dos acontecimentos do período estudado.

3.2.3 Instrumentos

Tendo em vista que o tema se tratou de um levantamento histórico, não coube a utilização de experimentos práticos. Dessa forma, como instrumento de coleta de dados foi aplicada a técnica de Triangulação de Teorias, a qual emprega a análise das múltiplas teorias e autores para a construção do referencial teórico do trabalho.

3.2.4 Análise dos dados

Conforme explicitado no item anterior, por não se tratar de uma pesquisa de campo, não haverá coleta de dados passíveis de codificação e tabulação. Haverá a análise criteriosa dos dados históricos que foram previamente selecionados, buscando eliminar inconsistências e informações enviesadas, para sintetizar os dados e formular uma conclusão lógica para a pergunta elaborada.

3.3 JUSTIFICATIVA

O estudo das situações política e social do Brasil à época do primeiro reinado, que culminaram nos acontecimentos de 1822, é essencial para entender o significado histórico do “Grito do Ipiranga” para o despertar patriótico.

A desmistificação da idéia pré-construída de que o processo de independência ocorreu de forma pacífica, sem o clamor social que dá origem ao sentimento nacionalista de amor à Pátria.

Entende-se que a construção da narrativa sobre como a população brasileira sentiu os desdobramentos do processo de emancipação e como foram delineados os sentimentos de resistência e pertencimento à nação são importantes para contribuir com a historiografia brasileira, em especial no ambiente acadêmico-militar.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Como qualquer processo de Independência pelo qual passa um Estado nacional que nasceu em forma de colônia, o evento de emancipação política ou desvinculação de um outro Estado colonizador não ocorre sem uma série de motivações políticas, econômicas ou socioculturais. Nem mesmo acontece em uma margem de tempo curto,

pois, previamente, desenrolam-se diversos acontecimentos que culminam na Independência. Todos os movimentos emancipatórios passam, na maioria das vezes, por jogos políticos, acordos econômicos, e, inevitavelmente, guerras.

Contextualizando, no que diz respeito à América Latina, é notório o processo conturbado de independência dos países do entorno. Dessa forma, ao se tomar como parâmetro as guerras de emancipação pelas quais passaram os vizinhos, muitas vezes afirma-se que o processo brasileiro foi oposto ao latino-americano, sendo encarado como um movimento de independência pacífica.

Talvez por conta da alta fragmentação, resultante dos movimentos separatistas dos países sob colonização espanhola, ao contrário do que ocorreu no Brasil, que foi a manutenção da integridade territorial, tende-se a colocar em lados opostos os tipos de independência: pacífica *versus* violenta.

O processo brasileiro iniciou com o desdobramento de uma guerra europeia, durante o chamado “período napoleônico”. Napoleão Bonaparte, no auge de seu expansionismo territorial, já com a Europa toda ameaçada, decretou o Bloqueio Continental em 1806. Segundo Fausto (1994, p. 121):

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter consequências para a Coroa Portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha e era preciso fechá-la.

Como consequência do Bloqueio, para fugir das sanções e sair do fogo cruzado entre França e Inglaterra, o Rei português resolveu transferir a corte para o Brasil. Nesse ponto, segundo Linhares (2016, p. 191) “[...] o processo de independência do Brasil é, comumente, datado a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil”. Ainda, Venâncio e Del Priori afirmam (2010) “[...] que se costuma afirmar que nossa independência teria ocorrido nesse momento, em 1808, e que 1822 teria representado apenas sua consolidação”.

Mas que fatos podem ter acarretado esse marco inicial do processo de independência e por que se reveste de tanta importância um Rei fugido de seu país vindo para o Brasil?

Para responder essa pergunta, é necessário que se responda, anteriormente, a seguinte questão: “quem veio acompanhado com o Rei?”. A expressão “transferência da corte” pode, erroneamente, remeter o leitor à ideia de que vieram apenas “um punhado de pessoas”, com Rei D. João liderando a fuga. Nada poderia ser mais distante da realidade, posto que a vinda foi de milhares de membros da nobreza, livros, artefatos, obras de arte, entre outros. O contingente de pessoas envolvidas no processo, segundo Linhares (2016, p. 182):

Com a invasão de Portugal por tropas francesas, o príncipe-regente João, acompanhado de sua corte e sob proteção de barcos ingleses, deixou Lisboa em novembro de 1807, chegando à Bahia em 22 de janeiro de 1808, e ao Rio de Janeiro, onde se instalaria por treze anos, em 7 de março de 1808. Com o príncipe vinham a rainha louca, Maria, e talvez 15 mil pessoas em uma vintena de barcos.

E com a grande quantidade de pessoas, veio um grande aparato administrativo/burocrático para que o Estado Português tivesse condições de funcionar na Colônia. Interessante mencionar a lição de Fausto (1996, p. 121) acerca da vultuosidade dos aparatos reais que seguiram junto à corte na travessia do Atlântico:

Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A autora supracitada passa essa real percepção de transferência do Estado Português quando traz que “[...] um verdadeiro aparelho de estado e um corpo diplomático instalaram-se no Rio” (LINHARES, 2016, p. 182).

Chega-se a uma conclusão sobre a transferência da corte para o Brasil: houve, realmente, uma intenção de se “governar Lisboa”, só que na Colônia. Se isso não fosse verdade, a logística da vinda da família real, tanto no que tange aos aparatos burocráticos quanto a importância dos funcionários vindos, teria sido menos complexa, ou até mesmo de curto prazo. A incerteza quanto ao sucesso das Campanhas Napoleônicas acarretou essa decisão de trazer toda estrutura portuguesa, que Maria Odila chama de “interiorização da metrópole”.

A partir desse momento, a situação que se tem é a do Estado funcionando na Colônia, portanto, nada mais coerente que D. João adotasse cada vez mais novas medidas para melhorar e aperfeiçoar a administração. Depois de 1808 foram criados diversos órgãos, civis e militares para completar a administração portuguesa na colônia. Sobre o tema, leciona Linhares (2016, p. 183):

As consequências de tamanhas mudanças políticas não se fizeram esperar também em outros domínios. O primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil foi instalado em 1808 na Bahia: a Escola Médico-Cirúrgica. Seguiram-se fundações similares no Rio, que passou a ser sede, ainda, das academias Militar e de Marinha, enquanto escolas de Artilharia eram criadas na Bahia e no Maranhão. O Rio sediou também a Biblioteca Real, núcleo inicial da Biblioteca Nacional posterior, e uma Academia que deu origem à atual Escola Nacional de Belas-Artes.

Fausto (1996, p. 125) complementa que, “[...] em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender os requisitos da corte”. Conclui-se, então, a breve análise das mudanças advindas da transferência da corte, tanto no sentido político, quanto no sentido sociocultural.

Sabe-se que até o ano de 1808, o Brasil encontrava-se na situação de exclusividade comercial portuguesa. Seria ilógico que essa situação se mantivesse, pois o país deixara de ser colônia de Portugal, ainda que no sentido informal. Era necessário então estabelecer aqui na Colônia um comércio com todas as nações. Tal quebra desse monopólio português foi assinalada ainda em Salvador, antes mesmo da chegada ao Rio de Janeiro, na abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Esta abertura deveria ter sido temporária, durante o período em que a Europa ainda estivesse em guerra contra Napoleão. Esse rompimento do “exclusivo colonial” representa um descolamento do Brasil em relação a Lisboa, na qual a Colônia começa a atuar como uma nação independente, para comercializar, mesmo que sob o comando do Rei português.

As relações Brasil – Inglaterra vão a outro patamar em termos numéricos, muito por pressão inglesa, favorecendo sobremaneira o comércio de exportação presente na colônia à época, principalmente o de açúcar.

As vantagens obtidas pela Inglaterra são sintetizadas por Linhares (2016, p. 282):

A abertura dos portos ao comércio externo, ainda que (ao menos enquanto durasse a guerra na Europa) contemplasse na prática apenas a Inglaterra, não era o bastante para as pretensões britânicas. O governo inglês exigia vantagens especiais, em troca do serviço de escolta e proteção que havia prestado à comitiva real, quando de sua fuga para o Brasil, e do auxílio militar dado na luta para expulsar os franceses de Portugal. É dentro deste espírito que o Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre Portugal e Inglaterra, em 1810, concedia tarifas alfandegárias preferenciais aos produtos ingleses, estabelecendo uma taxa de apenas 15% sobre o valor dos mesmos, menor inclusive do que os 16% pagos pelas mercadorias portuguesas e os 24% que continuavam a incidir sobre os gêneros exportados pelos demais países. Os efeitos imediatos e duradouros desta medida consistiram em uma verdadeira avalanche de produtos industrializados ingleses no Brasil (tecidos finos, peças de vestuário, objetos de louça, cerâmica e vidro, ferramentas, ourivesaria, queijo, manteiga e presunto, para somente citar alguns), na balança comercial favorável à Inglaterra, na presença cada vez maior de comerciantes e negociantes britânicos nas principais cidades brasileiras, no desencorajamento das manufaturas nacionais nascentes, e no decréscimo do comércio português com o Brasil.

Por enquanto, o quadro é o seguinte: Portugal traz tudo que precisava para governar a colônia e os portos são abertos a “todas” as nações amigas que se interessassem em fazer comércio. O que faltava para formalizar essa desvinculação foi sanado em 16 de dezembro de 1815, quando o Brasil foi alçado à *categoria* de “Reino Unido a Portugal e Algarves”.

O que todas essas mudanças políticas, sociais e econômicas trouxeram? Começa a se tornar mais forte o sentimento de independência que já pairava sobre a colônia desde as chamadas revoltas coloniais. Os abusos e arbitrariedades sofridos à distância, agora estavam mais próximos, dentro do território. As ideias liberais, que foram pulverizadas no mundo desde a Revolução Francesa de 1789, agora pairavam com mais intensidade e força, principalmente após a Revolução do Porto em 1820.

Portugueses, brasileiros, ingleses e diversas outras nacionalidades viviam em conjunto no território brasileiro, deixando a colônia com mais “ar” de Estado Nacional. A partir dessa mistura de nacionalidades e com medidas de centralização política por parte de Portugal, a qual ameaçava o retorno do Brasil à situação de colônia, é acesa a chama do sentimento de brasilidade, de lutar pela sua independência e liberdade política.

Bethell destaca o que todos esses fatores trouxeram à tona no Brasil:

E em 16 de dezembro de 1815 o Brasil foi elevado à categoria de reino, ao igual que Portugal. Para alguns historiadores, esta data, e não a chegada da corte

portuguesa em 1808, marca o fim da condição colonial do Brasil. Três meses depois, quando sua mãe morreu, o príncipe regente passou a ser o Rei João de Portugal, Brasil e Algarves. A experiência de uma monarquia dual luso-brasileira com seu centro no Novo Mundo estava, no entanto, condenada ao fracasso. Dom João foi incapaz de se comprometer totalmente com o Brasil. A corte e o governo portugueses mantiveram-se do lado da comunidade portuguesa no Brasil e conscientes também de seus interesses, bem como, em última instância, dos próprios interesses de Portugal. Ao mesmo tempo, as tendências demográficas que tanto haviam favorecido o Brasil em detrimento de Portugal no período anterior a 1808 foram reforçadas pelas diferenças de seus respectivos destinos desde esse ano. Os conflitos fundamentais entre brasileiros e portugueses não foram, nem poderiam ser resolvidos (BETHELL, 1991, p.186, tradução nossa)¹.

4.2 REVOLUÇÃO DO PORTO

A Revolução de 1820 foi um ponto chave para elevar as discordâncias entre portugueses e brasileiros, fazendo com que a nacionalidade destes fosse ainda mais inflamada. Isto aconteceu não só pela exigência das “cortes” portuguesas, como a volta do Rei a Portugal e o restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil, mas também pela difusão dos ideais liberais que se espalhavam pela Europa à época. Nas palavras de Linhares (2016, p. 111):

A exigência básica dos revolucionários era a convocação imediata de uma “assembleia nacional constituinte”, sob o nome de “Cortes”, visando ao fim do regime absolutista no país. Em pouco tempo, dá-se ampla adesão nacional ao movimento revolucionário e um governo liberal se instala em Lisboa, promovendo a reunião das “Cortes”. O caráter da Revolução é, ainda, bastante ambíguo, reunindo antigas ambições de um “renascimento” português e posições

¹ No original: Y el 16 de diciembre de 1815 Brasil fue elevada a la categoría de reino, al igual que Portugal. Para algunos historiadores, esta fecha, y no el arribo de la corte portuguesa en 1808, marca el fin de la condición colonial de Brasil. Tres meses después, al morir su madre, el príncipe regente pasó a ser el rey João de Portugal, Brasil y Algarves. La experiencia de una monarquía dual luso-brasileña con su centro en el Nuevo Mundo estaba, sin embargo, condenada al fracaso. Dom João fue incapaz de comprometerse totalmente con Brasil. La corte y el gobierno portugueses se mantuvieron del lado de la comunidad portuguesa en Brasil y conscientes también de sus intereses, así como, en última instancia, de los propios intereses de Portugal. A la vez, las tendencias demográficas que tanto habían favorecido a Brasil a expensas de Portugal en el período anterior a 1808 se vieron reforzadas por las diferencias de sus respectivos destinos desde dicho año. Los conflictos fundamentales entre brasileños y portugueses no fueron, ni podrían ser, resueltos.

avançadas do liberalismo europeu. Mesmo a composição original da Junta Governativa (dois nobres, dois burgueses e um clérigo) e a denominação de assembleia, as “Cortes”, mostram a dificuldade, ou talvez um pouco do desinteresse em romper com o passado português de tipo “antigo regime”. De qualquer forma, a miséria do país, a tutela britânica e a primazia brasileira – ao lado do constitucionalismo espanhol – são os elementos fundamentais da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820.

Mais uma vez, Portugal – ou melhor dizendo, a falta de percepção política dos portugueses – virava as costas para a dimensão do Brasil no cenário internacional, entendendo-se como Nação autônoma, bem como para a vontade de sua população, que, por mais diversificada que fosse – brancos, negros, indígenas, filhos de portugueses, ingleses, entre outras nacionalidades –, sentia-se pertencente ao solo brasileiro, ainda que com todos os defeitos socioculturais e hábitos “antieuropeus”, sentiam-se brasileiros, e não se contentariam com um possível retorno à situação de exclusividade de Lisboa. Sobre esse assunto, discorre Ribeiro (1997, p. 14) que:

Nas diferentes visões sobre a independência, dentro deste quadro, a “malvada” política recolonizadora das cortes apenas precipitaria o rompimento. Sob este enfoque, colou-se os chamados “partido português” e “partido brasileiro” à questão da nacionalidade e não se prestou a devida atenção ao antilusitanismo como um elemento fundamental para o entendimento do jogo político daqueles anos.

Souza (2000, p. 33) ensina que “[...] a movimentação do Vintimismo no Porto, sua expansão por Portugal e as adesões em Belém, Salvador e Rio de Janeiro às Cortes portuguesas, todos foram organizados por homens que tinham patentes no exército”.

Pela composição das organizações, percebe-se um misto de autoridade, imposição e poder sobre as determinações das cortes portuguesas. Seu caráter revestido do poderio militar foi sentido na colônia, tendo em vista que a revolução contou com o apoio de muitos dos portugueses que aqui moravam, bem como com autoridades políticas e militares.

Em 26 de abril de 1821, o Rei D. João VI retorna a Portugal sob pressão das cortes portuguesas, deixando aqui seu filho, o Príncipe Regente D. Pedro. Nada poderia ser mais contraditório nas pretensões de Portugal, pois, ao passo em que desejavam o renascimento deste país figurando como potência europeia, por meio dos ideais liberais, também clamavam pelo retorno da situação colonial do Brasil. Não satisfeita com o

retorno do Rei, a corte portuguesa pressionou para o retorno de D. Pedro também, e este foi ponto crucial para desencadear os acontecimentos que culminaram na Independência em 1822.

4.3 DIA DO FICO E O INÍCIO DAS ANIMOSIDADES

"Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico". Foi assim que, em 9 de janeiro de 1822, na varanda do Paço Real, Dom Pedro comunicou à multidão brasileira que permaneceria no Brasil. A atitude tomada pelo então Príncipe Regente foi o primeiro passo para o rompimento total com Portugal.

A declaração de Dom Pedro foi o desfecho de uma situação de crescente desagrado da população brasileira em relação à Portugal. Isto porque, em dezembro de 1821, chegara um decreto ordenando a volta do Príncipe à Portugal, causando temor entre os brasileiros, principalmente à elite agrária, de que o país retornasse ao *status* de mera colônia e perderia as liberdades comerciais adquiridas com a vinda da Família Real. Sobre esse tópico, disserta Belém (2011, p. 107):

A pátria – “a união da Pátria” - parecia estar em perigo e, com isso, “a opinião pública, rainha do mundo, poderosa, que todos os negócios políticos governa com acerto”, indicava a solução para o problema: a preservação do Reino Unido e das vantagens adquiridas desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro.

O decreto luso exigindo o retorno de D. Pedro encerrava o rol de políticas nefastas do Reino de Portugal, as quais pretendiam a total dissolução do Reino do Brasil. Nesse sentido, Mossé (2015, p. 20) explica que

Relativamente ao Brasil, as Cortes adotaram uma política diferente daquela que D. João VI seguira. Havia ele feito do Brasil um reino com um poder central estabelecido no Rio de Janeiro. À frente do governo ficara D. Pedro com um ministério composto de três membros. Tinha fundado tribunais e escolas de ensino superior. Empreenderam as Cortes destruir a obra de D. João VI. Decretaram a supressão dos tribunais e das escolas, a volta a Portugal do príncipe D. Pedro e a divisão do Brasil em muitos governos distintos, dependendo todos diretamente da metrópole. Era pura e simplesmente destruir o reino do Brasil fundado por D. João VI, e transformá-lo em dezoito ou dezenove colônias

sem laço de dependência entre si. A imensa colônia brasileira não se conformou e sacudiu energicamente a tutela de Portugal.

Sob a ameaça de recolonização do Brasil e retorno ao *status* de colônia subordinada à Portugal, José Clemente Pereira, então presidente do Senado, apresentou ao Príncipe um manifesto contendo mais de oito mil assinaturas, suplicando a permanência do Príncipe no Reino Brasileiro. Este, então, resolveu ceder à pressão e comunicou ao seu pai, o Rei e às Cortes, em carta datada de 09 de janeiro de 1822, a decisão de perdurar sua estadia em terras brasileiras:

Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa e conhecendo que a vontade de algumas províncias o requer, demorarei minha saída até que as Cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido (MONTEIRO, 2018, p. 409).

Transcorridos apenas dois dias do "Dia do Fico", surgiram indícios de insatisfação dentro dos quartéis, até então ocupados por militares portugueses. Não só estes, mas também os civis partidários da Corte Portuguesa consideravam ilegal a autoridade de D. Pedro, sob a alegação de que este não estava capacitado a exercê-la, de acordo com a Constituição.

A Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte constituía a base do suporte militar português no Rio de Janeiro, e os oficiais dela pertencentes eram partidários da recolonização. De acordo com o Bento (2014, p.154), houve, como reação ao Dia do Fico, um descontentamento das tropas portuguesas:

A decisão foi um desafio às Cortes. Os oficiais da Divisão Auxiliadora procuraram disfarçar a indignação. Sentiram-se feridos em seu orgulho. Iguamente contrariados ficaram os partidários da recolonização. O Dia do Fico foi festejado na maior ordem. Dois dias depois surgiram indícios anormais nos quartéis. A Divisão Auxiliadora, liderada pelo General Avilez, tentou desautorizar a decisão de D. Pedro. Avilez, com comitiva, visitou os quartéis para excitar os ânimos e divulgou ter sido demitido por D. Pedro, recebendo a solidariedade da Divisão cujos soldados percorriam as ruas do Rio de Janeiro quebrando vidraças e provocando os brasileiros e agredindo os que protestavam.

Com os ânimos alterados, a Divisão Auxiliadora decidiu por em prática o plano do inconformado Ávilez, que consistia em seqüestrar D. Pedro, juntamente com a Princesa D. Leopoldina e os dois filhos e embarcá-los à força para Portugal. Para isso, ordenou

que soldados portugueses promovessem desordem na capital, enquanto os oficiais cercariam o Teatro no qual encontrava-se a família real.

Avilez não contava, entretanto, com a astúcia de D. Pedro, pois já temendo a ofensiva portuguesa, convocara patriotas brasileiros dispostos a guerrear, que, sob o comando dos generais brasileiros Francisco Xavier Curado, Nóbrega e Oliveira Álvares, protegeram o Príncipe e transportaram-no com segurança ao 3º Batalhão de Caçadores, em São Cristóvão. Era o embrião do Exército Brasileiro.

Sobre este assunto, Bento (2014, p. 154) afirma:

No Rio e arredores ocorreu um movimento cívico notável. Brasileiros válidos, de todas as camadas sociais, se dirigiram aos quartéis do Campo de Santana. Era o povo brasileiro em armas! E ali disputaram o direito de formar a vanguarda no Exército Brasileiro de D. Pedro. Em pouco foi mobilizada uma tropa brasileira de mais de 6.000 patriotas, frementes de patriotismo, disposta a guerrear o insolente General Avilez. Até padres pegaram em armas!

[...]

o movimento das tropas brasileiras era subordinado agora ao General Joaquim Xavier Curado. No bojo destes acontecimentos nascia de fato o Exército Brasileiro que seria criado de direito pela Organização de 1 de dezembro 1824.

Mesmo tendo fracassado, Avilez decidiu por uma última investida: levou suas tropas para o Morro Castelo, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. Não obstante, foi novamente frustrado em suas aspirações, pois o povo brasileiro estava disposto à morrer para defender sua nação. Nas palavras de Bento (2014, p. 156), "as forças brasileiras e as portuguesas, estavam prontas para o confronto. Não restou dúvida que o fervor patriótico dos brasileiros os levaria de roldão em que pese a superioridade em equipamentos e instrução da Divisão Auxiliadora integrada por profissionais". Com a certeza de que a vitória estaria a seu lado, D. Pedro ordenou a retirada das tropas de Avilez e comandou seu retorno à Lisboa.

Na esperança de obter reforços da Corte Portuguesa, protelando o cumprimento da ordem de retirada, a Divisão Auxiliadora refugiou-se em Niterói, sob o pretexto de negociar os termos de rendição. Todavia, a tensão entre as tropas "brasileiras" crescia, e D. Pedro decidiu tomar à frente novamente e ordenou, em 9 de fevereiro de 1822, a imediata retirada de Avilez e suas tropas, sob a ameaça de ataque. Sobre o ultimato, narrou Lima (1922, p. 193):

A resposta de Dom Pedro foi um breve - "Estou cansado de desaforos", e depois de condescender em que houvesse maior número de transportes e em que levassem os da Divisão não só seus atrasados como três meses mais de soldos adiantados, fixou-lhes o embarque para 7 e a partida para 12. Não tendo porém a ordem sido obedecida até o dia 9, mandou o regente fundear em frente aos alojamentos da Ponta da Armação a pequena esquadra comandada pelo chefe de divisão Rodrigo de Lamare, disposta a bombardear os recalcitrantes se até as oito horas da manhã de 10 não embarcassem. Na retaguarda formou um corpo de soldados brasileiros.

Ainda sobre o tema, Bento (2014, p. 157) complementa:

A expulsão da Divisão Auxiliadora de Avilêz colocou nas mãos de D. Pedro e do nascente Exército Brasileiro que assegurou a expulsão da Divisão Auxiliadora, o destino da Independência do Brasil. Pedro decidiu pelos brasileiros. E resolveu enfrentar a arrogância dos militares portugueses. Decretou o recrutamento geral e formação de unidades de tropa brasileira, ou o embrião do Exército Brasileiro.

Sem apoio e saída, a Divisão Auxiliadora não viu outra alternativa senão voltar a Portugal, em 15 de fevereiro de 1822. É o desfecho dessa tentativa de golpe, porém, apenas marcava o início dos obstáculos que a nação brasileira enfrentaria a seguir, no intuito de reafirmar sua identidade.

4.4 O 7 DE SETEMBRO E AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

A Independência às margens do Rio Ipiranga, conforme retrato de Pedro Américo, ocorreu no contexto em que D. Pedro foi à São Paulo, em agosto de 1822, devido à necessidade de buscar apoio político e local para a independência do Brasil. Retornando ao Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro, foi recebido com uma carta de sua esposa Leopoldina – que havia permanecido como regente durante a ida daquele à São Paulo – e de seu ministro, José Bonifácio de Andrada. O documento relatava as medidas adotadas pelas cortes portuguesas, as quais acarretavam a diminuição dos poderes do príncipe regente. D. Pedro reagiu e, nas suas palavras, afirmou: “[...] querem escravizar-nos e perseguir-nos”.

A notícia da independência foi celebrada em São Paulo com grande festa e espalhada aos quatro cantos do Brasil, porém, as reações foram diferentes

principalmente nas regiões norte, nordeste e sul. Tais localidades tinham uma presença pró-portugal muito representativa, em especial devido à grande quantidade de comerciantes portugueses nessas regiões.

Bethell destaca a adesão ou não ao movimento de independência da seguinte forma:

O movimento brasileiro pela independência de Portugal tinha se baseado nas mais importantes províncias do centro-sul - Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais - e principalmente na capital, Rio de Janeiro. [...] As restantes províncias do Nordeste e do Norte, onde - pelo menos nas cidades costeiras - ainda existia uma considerável presença militar portuguesa, uma grande comunidade de mercadores portugueses e muito sentimento pró-português, mantiveram-se fiéis aos Tribunais de Lisboa (BETHELL, 1991, p.195 tradução nossa)².

Discorrem também Venâncio e Del Priori (2010, p. 119):

Havia divisões nas tropas estacionadas nas diversas províncias, umas fiéis à Corte portuguesa e outras à carioca. Por isso, a independência foi seguida por uma série de guerras. No Norte e Nordeste, o processo de ruptura com Portugal esteve longe de ser tranquilo. Entre março e maio de 1823, Belém registra levantes pró-Lisboa. O mesmo ocorre no Maranhão, Piauí e Ceará, onde os conflitos armados estendem-se de outubro de 1822 a janeiro de 1823. Na Bahia, as lutas desdobram-se por quase um ano. Tais embates não pararam por aí. Na verdade, tiveram desdobramentos bem mais sérios em outras regiões, e punham em xeque a dominação das duas cortes.

Percebe-se, então, o princípio de uma cisão entre as diferentes regiões, no que tange ao apoio às cortes portuguesas ou à independência brasileira. Tais atritos irão se desencadear diversos conflitos sangrentos, os quais colocam um ponto final no mito da “independência pacífica”.

Sobre esse assunto, pertinente se faz a observação do historiador Peixoto (1944 apud FURQUIM, 2011, p. 9):

O Norte, era então o principal do Brasil; dois terços de sua atividade útil, o que os portugueses mais guardavam e onde acumulariam seus elementos de resistência. No Sul, a Independência foi “Te Deum”, beija-mão, aplausos,

² No original: El movimiento brasileño por la independencia de Portugal había basado su fuerza en las más importantes provincias del centro-sur —Río de Janeiro, Sao Paulo, Minas Gerais— y especialmente de la capital, Río de Janeiro. [...] Las otras provincias del noreste y del norte, donde —por lo menos en las ciudades costeras— aún existían una presencia militar portuguesa considerable, una comunidad numerosa de comerciantes portugueses y una buena dosis de sentimiento pro portugués, permanecieron leales a las Cortes de Lisboa.

luminária, flores, fitas e proclamações. No Norte, sítio e trincheira, fome e peste, sangue e morticínios... Aqui a adesão; lá a guerra.

Feitas essas breves considerações, passa-se a detalhar as mais importantes guerras ocorridas no período.

4.4.1 A Guerra de Independência na Bahia

As batalhas que aconteceram na Bahia remontam ao período anterior à Proclamação da Independência. Após a revolução liberal do Porto, de 1820, diversos políticos portugueses foram enviados ao Estado a fim de garantir os interesses portugueses, pois a situação de Reino Unido a Portugal e Algarves não agradava aos lusitanos, ansiosos por uma recolonização.

Nas tropas, acirravam-se os ânimos entre portugueses e brasileiros, como no confronto entre estes, ocorridos na Praça da Piedade. Ao ser nomeado Governador das Armas, e posteriormente Presidente da Junta Militar instaurada, Luís Madeira de Mello sufocou os nacionalistas nos municípios baianos, direcionando-os ao recôncavo.

É nesse contexto que, durante os embates entre brasileiros contrários à nomeação de Madeira de Melo, ocorre a morte da Abadessa Sórora (Joana Angélica) do convento da Lapa, considerada com uma Mártir na luta pela Independência na Bahia, quando tentava impedir a entrada de militares portugueses em seu convento. É do recôncavo baiano, então, que vem grande parte da resistência dos nacionalistas, que reconheciam D. Pedro como autoridade nacional.

Inúmeras batalhas se desenrolaram por toda a província: no Canal do Funil, no mar da Baía de Todos os Santos, no Pirajá, na Cachoeira e na Ilha de Itaparica. Segundo Linhares (2016, p. 200) “[...] assim, travou-se áspera guerra na Bahia durante mais de três anos, com a larga utilização de mercenários ingleses, franceses e alemães, para a anexação da então mais importante província.”

Comandando a resistência baiana, o General Labatut, oficial francês de grande experiência nas guerras napoleônicas, é contratado por D. Pedro e inicia o embate com

as tropas portuguesas em Salvador. Houve um primeiro confronto no Funil e logo em seguida em Pirajá. As ações por mar na Ilha de Itaparica tiveram sob seu comando o Lord Cochrane, mercenário inglês que foi protagonista no mar nas guerras de independência.

Para sintetizar o patriotismo que revestia a vontade popular baiana pela independência do Brasil, tem-se o que o próprio General Labatut diz à Madeira de Melo por meio de carta citada por Risério:

General, como militar e filantropo, eu deploro vossa sorte; sim, vos achai-vls a mais de 2.000 léguas distante de Portugal, donde vos podiam socorrer, e eu à testa de um povo vingador dos seus direitos, e habitantes deste vasto continente, que em número de 20.000 (contando os que ocupam já diferentes pontos da Província), desejam mostrar pelo seu valor o nobre patriotismo, de que se acham possuídos (RISÉRIO, 2004, p. 325).

Do Amaral aborda:

Os independentes repeliram as forças portuguesas no lugar chamado Funil, do que resultou ficar a guarnição da cidade, assim como a esquadra privados dos recursos de boca, até então fornecidos pela região fértil de Nazaré. Pretendeu Madeira se desembaraçar do abraço fatal que lhe impunha as forças rebeldes independentes, cortando o Exército atacante na base da península em que está situada a capital e esmagando-o ali, pelo que lanço em 8 de novembro de 1822 as suas colunas de ataque sobre as alturas de Pirajá, sendo elas desbaratadas, com perdas consideráveis. Em 7 de janeiro de 1823, a esquadra portuguesa, incomodada pela ação de uma flotilha de barcos que os baianos, haviam organizados para esfaimar a guarnição da cidade, tentou um desembarque na ilha de Itaparica e foi repelida (DO AMARAL, 2005, p. 15).

As batalhas ocorridas na Bahia foram extremamente relevantes quanto aos meios militares empregados e efetivos que combateram, como bem sintetiza Do Amaral:

O exército pacificador, nome que havia tomado o dos revoltosos baianos, tinha força de 10.148 homens [...] com os quais fez o assédio da cidade, o qual durou nove meses, fora a guarnição nos pontos estratégicos de Itaparica, os quais ocupavam 3.257 praças, ao passo que a esquadilha dos barcos baianos impedia a chegada de vitualhas ao exército português era tripulada por 710 marinheiros (DO AMARAL, 2005, p. 15).

Fato um tanto interessante e curioso ocorreu em 8 de novembro de 1822, na chamada Batalha do Pirajá. O exército pacificador, inferior numericamente e sofrendo baixas, sob o comando do Maj Barros Falcão, decide recuar e ordena ao “Corneteiro

Lopes” o toque de retirada. O corneteiro, porém, de livre iniciativa, toca “Cavalaria, avançar e degolar”. Os portugueses, pegos de surpresa por um suposto ataque da Cavalaria Brasileira, decidem recuar. Os brasileiros, inflados e confiantes do retraimento português, mesmo em menor número, partem para o confronto entusiasmados e saem vitoriosos da batalha.

Depois de pesadas baixas de ambos os lados, durante o desenrolar das batalhas, o General Labatut é preso e deposto, pois entra em choque com os senhores de engenho ao recrutar e alistar escravos das fazendas, prometendo-os alforria ao término da guerra, e por ser demasiadamente duro com as tropas, impondo diversos castigos físicos para manter a disciplina. Foi substituído por José Joaquim de Lima e Silva, que desobedeceu a ordem do próprio Labatut de atacar o 3º Batalhão que havia se rebelado.

O Coronel Lima e Silva então dá seguimento à campanha até a independência do território baiano e a expulsão dos soldados de Madeira de Melo, em 2 de julho de 1823.

4.4.2 A Guerra de Independência no Piauí

A proclamação da Independência brasileira, conforme mencionado anteriormente, teve recepções variadas a depender do local. O Brasil permanecia fragmentado, fato reforçado não só pelas divergências econômicas entre os Estados, mas também pelas grandes distâncias geográficas. Percebendo isso, Portugal tratava o norte do país como uma colônia em separado, por vezes, inclusive, realizando comércio diretamente com a metrópole portuguesa, pouco importando a situação do resto do país.

Dessa forma, os portugueses embarcaram em um plano de manter o controle na região norte, dada a irreversibilidade do processo separatista brasileiro. Para isso, superlotaram o Piauí de tropas portuguesas, pela proximidade estratégica, e nomearam o experiente Major João José da Cunha Fidié como Governador das Armas, a fim de garantir a obediência do estado piauiense à Coroa.

Interessante exposição faz De Araújo (2015, p. 31),

As cortes portuguesas, ao intuírem que a independência da antiga colônia era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o norte do país. Para esse projeto, a presença de tropas no Piauí ajudaria na consecução do ambicioso projeto de garantir a vizinha região do Maranhão.

E complementa:

Com as ideias de independência propagando por todo território nacional, no ano de 1821, a corte portuguesa ordenou que a colônia jurasse à Constituição portuguesa, mantendo pressão através de cartas regias, que possuíam um caráter de restabelecimento da condição de colônia. Desde 1820 havia concentração de armamento e tropas na Maranhão que foram prontamente despachadas para o Piauí. Por essa época, chegou a Oeiras o novo governador das Armas, João José da Cunha Fidié, que havia sido veterano das guerras napoleônicas (DE ARAÚJO, 2015, p. 33).

A população piauiense teve, então, que tomar uma decisão: apoiar as tropas portuguesas ou juntar-se aos nacionalistas brasileiros. O resultado foi um "banho de sangue" à beira do Rio Jenipapo, onde duelaram, e pereceram, centenas de brasileiros e alguns portugueses, no dia 13 de março de 1823.

Ainda nas palavras de De Araújo (2015, p. 30):

Por outro lado, para a unidade do nascente Império, foi necessário também cooptar nos meios populares forças para garantir, por meio das armas, a expulsão dos portugueses e a consolidação da independência. Nesse ponto, o Piauí, tanto quanto a Bahia é exemplo cabal. De acordo com Hobsbawm, nega-se o inimigo na tentativa de se auto-afirmar enquanto nação, gerando, assim, a questão da identificação nacional. Essa negação pode ser demonstrada através do forte sentimento brasileiro de negação ao português, sendo este remetido à necessidade de se "descolonizar" e conseguir características próprias, tanto no âmbito político quanto cultural.

A Guerra do Jenipapo foi influenciada pela desobediência das vilas, que se insurgiram contra a junta pró-lusitana e o Major Fidié, principalmente em Parnaíba – pelas mãos do Primeiro Coronel Simplício Dias da Silva e pelo Segundo Juiz de Direito João Cândido de Deus e Silva –, em Campo Maior e também em uma porção da capital Oeiras, onde iniciava um levante anticolonialista chefiado por Manoel de Sousa Martins.

Sobre o episódio, discorre De Araújo (2015, p. 36):

Numa tentativa desesperada de conter o movimento de separação que havia estourado em Parnaíba, o então comandante das armas, Major João José da

Cunha Fidié, havia partido de Oeiras com um destacamento militar considerável. Ao chegar a Parnaíba, após realizar a sua missão, veio até ele a notícia da sedição na própria capital, Oeiras, razão que o fez retornar de imediato a fim de sufocar a ação dos revoltosos. Ao longo do caminho, com a aproximação da vila de Campo Maior, Fidié e suas tropas depararam com uma coluna de revoltosos pró-independência, que, liderados pelo capitão Luis Rodrigues Chaves, entraram em linha de combate, sendo travada então no Piauí uma das mais importantes batalhas da Guerra de independência. O combate foi próximo ao riacho Jenipapo, ocorrido em 13 de março de 1823.

No embate descrito, os insurgentes levaram a pior. Foram massacrados pelas tropas de Fidié, muito superiores em relação a armamentos, treinamento militar e apoio logístico. Os desafortunados combatentes brasileiros contavam apenas com facões, machados, pedras e a vontade de servir à Pátria. Nas palavras de Gomes (2010, p. 190), em sua famosa obra "1822":

Ao amanhecer do dia 13 de março, cerca de 2.000 pessoas estavam reunidas em frente à igreja de Santo Antônio. Era um grupo sem qualquer treinamento militar, armado com foices, machados, facões, espingardas de caça e dois canhões velhos e enferrujados, ainda da época do Brasil colônia, que horas mais tarde se desmantelariam ao disparar os primeiros tiros. 'Só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados', ponderou o historiador Abdias Neves'.

Ainda sobre esse assunto, Castro discorreu, em sua obra alusiva aos 180 anos da batalha:

A ordem era atacar Fidié ao mesmo tempo e em todas as direções ao longo das margens do riacho. Não há em toda a história das lutas pela Independência do Brasil uma página mais épica e mais trágica do que a que escreveram com sangue e bravura aqueles anônimos heróis brasileiros. O primeiro combate foi fatídico para os piauienses. Dezenas de corpos caíram varados pelas balas do exército de Fidié. Os poucos que conseguiram atravessar a linha de fogo deram o último suspiro à boca dos canhões, com tamanho desamor pela vida e com imensurável amor pela pátria que assustavam até o mais frio soldado português. Eles nunca tinham visto tanta intrepidez em nenhum lugar do mundo (CASTRO, 2002, p. 8).

Em que pese terem perdido a batalha, o ato patriótico que se desenrolou no Piauí foi decisivo para consolidação da independência nos Estados nortenhos, pois a astúcia dos sertanejos sobreviventes fez jus aos dizeres no hino: "ou ficar à Pátria livre ou morrer pelo Brasil". Mesmo derrotados, uniram forças e saquearam tudo o que puderam do Exército português: armas, munições e mantimentos, enfraquecendo-os ao ponto de não

restar alternativa a Fidié senão recuar e se refugiar no Maranhão, deixando o Piauí sob controle dos brasileiros.

Por fim, fazendo o elo entre os fatos narrados e o surgimento da identidade nacional brasileira, cabe a reflexão de Dias:

[...] o que unia uma população de composição social tão heterogênea era o sentido de ser brasileiro, diferente de ser português, o desejo de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas, a liberdade de poder conduzir os seus próprios interesses, ou seja, libertar-se do domínio português (DIAS, 2002, p. 101).

Com a fuga do exército português para o Maranhão, ganha-se vulto a Guerra de Independência no Grão-Pará e Maranhão.

4.4.3 A Guerra de Independência no Grão-Pará e Maranhão

A guerra de independência no Maranhão tem resquício da guerra de independência piauiense. Após ser expulso do Piauí, o Maj Fidié se refugia ao norte da colônia, angariando novas tropas para manter o norte fiel a Lisboa.

São Luís, por sua proximidade com a Europa, era fortemente povoada por portugueses, principalmente comerciantes, não sendo difícil compreender porquê também foi uma das cidades contrárias à Independência. As cidades, pouco a pouco, foram se submetendo ao controle dos nacionalistas, com exceção de São Luís.

Papel crucial teve também Lord Cochrane (que, por seus feitos, recebeu o título de Marquês do Maranhão), que foi enviado para cercar a capital pelo mar. Após ameaçar bombardear a cidade com os canhões de seus navios e com a fama que trouxe consigo após as batalhas na Bahia, os portugueses se renderam, havendo adesão da capital maranhense em 28 de junho de 1823.

Bethell (1991, tradução nossa, 197)³ explica:

³ Mientras tanto, Cochrane había dirigido su atención a la provincia norteña de Maranhão y el 26 de julio, en buena parte con engaños, persuadió a la guarnición portuguesa en Sao Luís de que se rindiera. Dos días más tarde, Maranhão (conjuntamente con la antigua subcapitanía de Piauí) fue oficialmente

Enquanto isso, Cochrane havia voltado sua atenção para a província de Maranhão, no norte, e em 26 de julho, amplamente enganoso, persuadiu a guarnição portuguesa em São Luís a se render. Dois dias depois, o Maranhão (junto com a antiga subcapital do Piauí) foi oficialmente incorporado ao império brasileiro. Em 13 de agosto, o segundo comandante de Cochrane, Capitão John Pascoe Grenfell, a bordo do Maranhão (antigo brigue português Dom Miguel), conseguiu subjugar os fiéis a Portugal em Belém, novamente mais pelo destacamento do que pelo uso da força., E no Pará (junto com a antiga subcapitania do Rio Negro), ou seja, toda a Amazônia, agora fazia parte do império.

Consequência da pressão exercida sobre as cidades da província maranhense, acontece o cerco a cidade de Caxias, onde Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, tem seu batismo de fogo. Fidié, acuado, resiste, porém é derrotado no Morro da Taboca e, em 1º de agosto, é preso. Os revoltosos contaram com cerca de 6 mil homens no cerco, que durou 15 dias.

Após a capitulação do Maranhão, Lord Cochrane envia John Grenfell ao Grão-Pará e, utilizando-se de uma “esquadra” para tomar a cidade, fez com que os portugueses não reagissem e se rendessem. Porém, estes perceberam a ousadia de Grenfell de simular tal ato e reagiram violentamente, obrigando-o a ordenar a sua tropa que atacasse a cidade.

Conforme Linhares:

Contra o Grão-Pará, que se decidira pela união com Portugal, foi enviado o mercenário Pascoe Grenfell, sob ordens do almirante Lord Cochrane, contratado por José Bonifácio. Indistintamente, liberais, unionistas ou não, foram perseguidos por não aceitar ordens de Grenfell, resultando em um saldo de mais de 1.300 vítimas, dos quais 252 mortos por sufocação por cal virgem lançada no porão do brigue Palhaço, onde estavam aprisionados por ordem de Grenfell (LINHARES, 2016, p. 200).

4.4.4 A Guerra de Independência na Cisplatina

incorporada al im perio brasileño. El 13 de agosto, el segundo comandante de Cochrane, capitán John Pascoe Grenfell, a bordo del Maranhão (antiguamente el bergantín portugués Dom Miguel), logró someter a los fieles a Portugal en Belém, nuevamente más por el despliegue que por el uso de fuerza, y en Para (junto con la antigua subcapitanía de Rio Negro), es decir, todo la Amazonia, formaba ahora parte del imperio.

Ainda em 1822, teve início uma longa guerra na província Cisplatina, atualmente Uruguai, motivada pela Declaração da Independência brasileira, que pretendia anexar ao país o território anteriormente disputado entre Portugal e Espanha.

Quando informados sobre a Independência, tropas leais à antiga metrópole resistiram e o Conselho Militar da Província Cisplatina proferiu a seguinte frase: "Conquistada pelas armas portuguesas, não deve esta província destacar-se da causa de Portugal para seguir a sorte do Brasil" (CARNEIRO, 1946, p. 34).

Tal resistência foi encabeçada pelo então Governador das Armas, D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, líder da Divisão dos Voluntários Reais. Pereira (2018, p. 36) transcreve, em sua obra, a proclamação que D. Álvaro fez aos brasileiros, na tentativa de ganhar a adesão destes à resistência

Quando os laços de mútua conveniência não prendem os povos uns aos outros, não desata por si. Não acrediteis a doutrina contrária que vos pregam. Vós só podeis tirar desta luta as tristes recordações do pai, do irmão, do parente morto e dos míseros filhos desamparados que uma infernal política sacrificou. Abandonai a odiosa pretensão em que vossos chefes vos empenharam; eles só defendem seus interesses e não vossos direitos, porque aqui não há ninguém que os pretenda usurpar ... Recordai o amor, a obediência, a fidelidade que vossos pais sempre tiveram a nossos reis: voltai aos vossos lares e pregai a doutrina do homem justo e convidai todos os vossos concidadãos a reentrar na obediência e fidelidade que deveis ao benigno de todos os monarcas, ao nosso Augusto Rei, o Senhor d. João VI:

A esquadra organizada por D. Álvaro tomou Montevideú e forçou o General Lecor, líder das tropas brasileira, a retirar-se para a região de Canelones, no interior, de onde organizou a vitoriosa investida contra as tropas portuguesas.

Sobre o assunto, Carneiro (1946, p. 34) disserta:

Lecor tinha em Canelones uma força brasileira que o apoiava: e a sua saída de Montevideú foi, evidentemente, inspirada pelo Rio de Janeiro. Os chefes orientais mais influentes apoiaram imediatamente ao General Lecor que contou, entre muitas outras, com as adesões de Rivera, Lavalleja, Izas Calderon e Julian Laguna. Também os governos das cidades e vilas da campanha se pronunciaram, aderindo ao Brasil, e contra o govêrno português de Montevideú. Sacramento (Colônia) , São José, Sêrro Largo e Maldonado foram das primeiras a fazer suas declarações.

Tendo conquistado o apoio que precisava, Lecor promoveu um cerco à Montevideu, enquanto D. Pedro enviou fragatas do Rio de Janeiro para reforçar o cerco por via marítima.

Ainda assim, D. Álvaro resistiu, contando com o apoio do General Madeira de Mello, que lutava na Bahia. Entretanto, Lecor exigiu a saída de D. Álvaro e, sitiadas, as tropas leais à Coroa não resistiram por muito tempo, rendendo-se em 18 de novembro de 1823.

Destaca-se a passagem de Pereira (2018, p. 147), que cita Brian Vale:

Brian Vale afirma que o combate no Sul foi tão violento quanto ao Norte, mas que quando Madeira de Mello foi derrotado pelas forças brasileiras, D. Álvaro da Costa já havia sido informado sobre a má sorte do general. O autor aponta também que os dois procuraram apoiar-se, com o envio de munições, embarcações, e outros elementos que pudessem rechaçar a força do governo brasileiro, embora Cochrane e companhia tenham sido vitoriosos.

O embate teve fim em 2 de março de 1824, quando, finalmente, Lecor retomou Montevideu com as tropas brasileiras, expulsando, definitivamente, os últimos lusitanos pró-Colônia em 8 de março do mesmo ano. Carneiro sintetiza:

Combates de vanguarda e as infrutíferas sortidas da guarnição portuguesa obrigaram o General português, Brigadeiro Alvaro da Costa, a celebrar um acordo com Lecor, a 18 de novembro de 1823, pelo qual se compromete a entregar imediatamente a praça, ficando, entretanto, os portugueses com a faculdade de se retirarem para Lisboa com as suas armas e pendões. Dessa forma, vencidos os portugueses, o domínio estranho da Cisplatina passava a ser somente brasileiro (CARNEIRO, 1946, p. 36).

Esse embate foi importante para que se firmassem definitivamente as forças militares terrestres e navais, as quais foram requisitadas, pela primeira vez, na forma de Exército do Império Brasileiro, na futura Guerra da Cisplatina contra a Argentina.

5. COSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar os acontecimentos que levaram à Independência do Brasil, iniciando com a transferência da corte até as batalhas ocorridas nas províncias, principalmente na Bahia, Piauí, Grão-Pará e Maranhão e Cisplatina.

A transferência da corte foi o ponto de partida desta pesquisa. Fruto das guerras napoleônicas, a vinda da família real trouxe novos ares para a colônia. Devido ao tempo que permaneceram aqui, seria inevitável que a colônia não se tornasse o centro das decisões de Portugal, afinal, todo aparato da corte portuguesa estava no Brasil.

O sentimento de que agora surgia uma nação foi crescente no povo brasileiro. Tinha um Rei, uma rainha, e todo um Estado estruturado na colônia, e esta sensação de que eram independentes permaneceu até ser desencadeada na independência.

Viu-se que o que moveu a nação a se contrapor aos desejos absolutistas das cortes portuguesas após a Revolução do Porto, foi a noção de que não eram mais subordinados ou vinculados à Lisboa. Nesse ponto, percebe-se até uma falta de percepção política das cortes portuguesas em relação ao que se passava além do Atlântico, remetendo até a um descaso e desconhecimento do que se passava na colônia.

Aí é quando começam as pequenas revoltas, batalhas e lutas de um povo que, como diz Donato (1996, p. 11), “[...] julgou necessário o uso da arma para garantir o seu modo de pensar e de viver”.

Antes de se tratar sobre o sentimento de nacionalidade do povo brasileiro, não se pode relegar a plano menos importante o papel da figura de D. Pedro I e sua personalidade que, em alguns episódios, foi fator fundamental para aumentar esse sentimento da população. Como menciona De Varnhagen (2019, p. 115) “[...] o príncipe D. Pedro, ao ficar de regente no Brasil, não contava ainda 23 anos de idade. Dotado de talento natural, era pouco instruído, volúvel e um tanto vaidoso, mas bastante franco, generoso, liberal e ativo”.

Ao permanecer aqui no “dia do fico”, entre outras ações, acendeu a chama da nação brasileira. Lutar contra o Exército do próprio pai, D. João VI, fala muito sobre a decisão tomada, de se tornar independente, e principalmente, de mostrar ao povo que esse era o trilho a seguir.

As guerras de independência foram, então, o rumo decisivo. Eclodiram em pontos do território em que a Coroa se fez mais ou menos presente, abarcando as principais

localidades do Brasil. Na Bahia, em 2 de julho, aconteceram as partidas das tropas portuguesas na Baía de Todos os Santos, por pura força da sua população que, unida, expulsou os estrangeiros à sua terra.

Donato (1996, p. 105) explica que “[...] forças patrióticas formadas por contingentes de fluminenses, pernambucanos e baianos alcançaram a vitória de Pirajá, resistiram na Ilha de Itaparica e terminaram por entrar triunfalmente na cidade da Bahia”. O sentimento de vitória, de povo aguerrido, é tão forte que o 2 de julho fez presente até no Hino da Bahia, tamanho orgulho que tomou conta de seu povo.

Não só na Bahia esse sentimento se fez presente, mas também no Piauí. Muito mais desorganizados que os baianos, o que moveu os sertanejos do Jenipapo a lutar contra um Exército muito melhor equipado e treinado foi o sentimento único que os unia: ser brasileiro. Eram pessoas simples e humildes, de diferentes profissões que, de peito aberto, foram em direção aos canhões portugueses, tornando a Batalha de Jenipapo uma das mais sangrentas do território brasileiro. Se não a coragem e o ideal maior, não encontra-se explicação no gesto de bravura dos piauienses.

A guerra no Piauí refletiu no Grão-Pará e Maranhão, onde Fidié se refugiou, correndo dos revolucionários piauienses. Na Cisplatina, embora perdida posteriormente, a guerra já havia tomado escopo. Tais localidades foram contagiadas pelo ímpeto independentista brasileiro.

Percebe-se que o sentimento de nacionalidade, inicialmente acuado pelo jugo português, aos poucos vai aumentando e se espalhando por todo território nacional. Em determinado momento, talvez após a luta na Bahia, o processo violento que ainda se daria, era irreversível.

A construção da soberania brasileira, na união de sua diversidade, se fez maior do que a força do império português. O nacionalismo brasileiro, justamente devido à união de suas raças, não tornou a independência brasileira uma independência de uma só classe, mesmo sabendo que, politicamente, o povo nunca foi tão bem representado. O papel dessa união, desde a expulsão dos holandeses em Guararapes, em 1648, foi ganhando corpo, onde o Exército Brasileiro, incipiente, destreinado, mas com valores antigos e que orbitam em torno da pátria brasileira, nunca deixou esmorecer no povo a sensação de unidade nacional, levando-o ao que é hoje, uma Nação Independente.

Cap Art Ícaro Rebouças Bezerra

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Johny Santana de. O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823. CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – nº 33.2. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24527/19816>> Acesso em 14 de maio de 2021.
- BELÉM, P. R. **“Para o bem do Povo e Felicidade geral da Nação.”** 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-Rio.
- BETHELL, Leslie. **História de América Latina: 5. La independência.** Barcelona: Editora Crítica, 1991.
- BENTO, Claudio Moreira (Org.) et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil – **Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas** (Em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração; e da Liberdade e Democracia Mundiais. Resende-RJ: FAHIMTB/IHTRGS, 2014.
- CARNEIRO, David. **História da Guerra da Cisplatina.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.
- CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: A independência do Piauí.** São Paulo: FTD, 2002.
- DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2010.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja.** 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002, p. 102.
- DO AMARAL, Braz. **Ação da Bahia na obra da independência nacional.** Salvador: EDUFBA, 2005.
- DONATO, HERNÂNI. **Dicionário das Batalhas Brasileiras.** São Paulo, IBRASA, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FURQUIM, Gabriella F. **Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de Independência do Piauí**. Tese (Bacharelado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 9. 2011.

GOMES, Laurentino. **1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro I a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

IARA, L.C. S. **A Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência (1821-1822)**. – Edição fac-similar. – Brasília: FUNAG, 2019. Edição original: O movimento da Independência (1821-1822), 1922.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da Independência** – v. 1. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

MOSSÉ, Benjamin. **Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco**. Brasília: FUNAG, 2015.

PEREIRA, Aline Pinto. O Império do Brasil diante da causa da Cisplatina - algumas reflexões. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, 2018. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5105&Itemid=364#>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 2 vs. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 1997 (tese de Doutorado em história – mimeo.)

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.